ISSN: 2358-8829

AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE LEITURA E ESCRITA

Wisllayne Ivellyze de Oliveira Dri [1]
Verónica Diana Cardozo [2]

RESUMO

Este resumo aborda uma síntese sobre a importância das políticas públicas de leitura e escrita no Brasil, visto que, o contexto educacional brasileiro apresenta situações preocupantes com relação ao analfabetismo (total e funcional) e à leitura e escrita, marcando a importância de estudos sobre as políticas públicas nacionais de leitura e escrita na Educação Básica brasileira. No Brasil o analfabetismo total e funcional reflete índices preocupantes, em 2024 o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) identificou que 5,3% da população brasileira é analfabeta total e 29% é analfabeta funcional (INAF). Ademais, em avaliações externas como a prova internacional do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) mostrou que em 2018 o Brasil não apresentou avanços na área de leitura, quando comparados com os 78 países participantes o Brasil ocupa a 57º posição. Assim, é possível perceber a importância das reflexões e debates sobre as políticas de leitura e escrita no Brasil. Nesse sentido, o objetivo geral foi analisar as políticas públicas de leitura e escrita brasileiras e a importância destas no processo de aquisição da leitura e da escrita. Como objetivos específicos destacam-se reflexões teóricas sobre a importância da leitura e da escrita na Educação Básica; e a análise das principais políticas públicas brasileiras de leitura e escrita. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, de caráter documental, por meio de leitura direta e análise de documentos nacionais; durante a análise foram identificadas várias categorias, entretanto, destacar-se-á neste trabalho a categoria domínio da leitura e da escrita. Os principais resultados evidenciaram que a leitura e a escrita desempenham um papel fundamental na formação crítica e cidadã dos estudantes, sendo essencial para o desenvolvimento educacional e social, entretanto, persistem desafios como a desigualdade no acesso a acervos de qualidade, a falta de formação docente para mediação de leitura e as dificuldades de implementação nas escolas.

Palavras-chave: Leitura e escrita, Políticas Públicas brasileira, Domínio da Leitura e escrita.

[1] Doutora em Educação pela UNICAMP, Professora no Centro Universitário Faveni – Unifaveni e professora da Educação Básica na Rede Municipal de Vinhedo – SP, wis_pedagogia@yahoo.com.br;
[2] Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, diana.clasesele@gmail.com.